



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2013 A 2023**

RENATO OLIVEIRA LOPES DE LIMA

Recife/PE

2023



DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2013 A 2023**

RENATO OLIVEIRA LOPES DE LIMA

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Sônia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes.

Recife/PE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L732c Lima, Renato Oliveira Lopes de
Crédito, endividamento e inadimplência no Brasil: Uma análise para o período de 2013 a 2023 / Renato Oliveira Lopes de Lima. - 2023.
36 f. : il.
- Orientadora: Sonia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2023.
1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. Famílias Brasileiras. I. Gomes, Sonia Maria Fonseca Pereira Oliveira, orient. II. Título



**DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2013 A 2023**

RENATO OLIVEIRA LOPES DE LIMA

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Rural de Pernambuco e aprovada na data a seguir:

Recife, ___ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sônia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes (Orientadora)

Assinatura: _____ Nota: _____

Prof. Dra. Keynis Cândido de Souto (Examinadora Interna)

Assinatura: _____ Nota: _____

Prof. Dra. Chiara Natércia França Araújo (Examinadora Interna)

Assinatura: _____ Nota: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por tudo que ele faz na minha vida.

A minha família por me incentivar e apoiar.

Aos amigos que fiz na universidade, em especial Álvaro, Lucas, Sebastião e Marcos, por todo apoio e pelos conhecimentos passados.

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Sônia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes, por todo apoio e dedicação durante a elaboração desta monografia.

Sou grato também a Universidade Federal Rural de Pernambuco por todos os conhecimentos e experiências que adquiri.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de Famílias Endividadas entre 2013 e 2022	26
Tabela 2 - Indicadores de superendividamento por faixas de renda	28
Tabela 3 - Parcela da Renda comprometida com dívidas em 2022 (% dos endividados)	29
Tabela 4 - Indicadores de Inadimplência por Faixas de Renda.....	29
Tabela 5 - Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida no Brasil.....	30
Tabela 6 – Indicadores de endividamento por nível educacional	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito de pessoas físicas do Sistema Financeiro Nacional entre 2013 e 2023.....	14
Gráfico 2 - Percentual de famílias endividadas no Brasil nos últimos 10 anos ... Error! Bookmark not defined.	
Gráfico 3 - Relação entre endividados e a taxa de juros média pessoa física	27
Gráfico 4 - Endividamento por faixa de renda	28

LISTA DE SIGLAS

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

OCDE -Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

BCB – Banco Central do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1. CRÉDITO.....	14
2.2. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA.....	15
2.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA	19
2.3.1. Educação Financeira nas Escolas.....	22
2.3.2 Estratégias Educacionais	24
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	25
4. RESULTADOS.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar a evolução do crédito, endividamento e inadimplência no Brasil entre 2013 e 2023, e destacar os benefícios da educação financeira. Para atingir esse objetivo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e dados secundários obtidos da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). A revisão da literatura mostra que houve uma expansão de crédito nesse período, estimulando o consumo das famílias brasileiras. Esse aumento do consumo, resultou em um endividamento excessivo. Os dados mostraram que o nível de endividamento das famílias cresceu nesse período, atingindo um percentual recorde em 2022. A pesquisa também mostrou que as famílias mais atingidas pela inadimplência são as de menores rendas e as de baixo nível educacional. Além disso, os dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), mostraram que o Brasil teve o pior desempenho entre os países participantes, no qual 53% dos alunos brasileiros ficaram abaixo do nível mínimo de conhecimentos financeiros. A educação financeira é o processo de aprender e desenvolver habilidades para lidar com o dinheiro de forma inteligente e responsável e gerenciar investimentos, empréstimos e financiamentos. Sendo assim, a falta da educação financeira no Brasil impacta diretamente no descontrole das dívidas das famílias brasileiras. Portanto, a educação financeira é uma importante ferramenta para que as pessoas adquiram habilidades financeiras e gerenciem de forma eficaz as suas finanças, resultando em uma redução no endividamento excessivo e na inadimplência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira, endividamento, famílias brasileiras.

ABSTRACT

This monograph aimed to analyze the evolution of credit, debt and default in Brazil between 2013 and 2023, and highlight the benefits of financial education. To achieve this objective, the methodology used was bibliographical research and secondary data obtained from the Consumer Debt and Default Survey (Peic). The literature review shows that there was an expansion of credit during this period, stimulating the consumption of Brazilian families. This increase in consumption resulted in excessive debt. The data showed that the level of family debt grew during this period, reaching a record percentage in 2022. The research also showed that the families most affected by default are those with lower incomes and those with a low educational level. Furthermore, data from the International Student Assessment Program (Pisa) showed that Brazil had the worst performance among the participating countries, in which 53% of Brazilian students were below the minimum level of financial knowledge. Financial education is the process of learning and developing skills to deal with money intelligently and responsibly and manage investments, loans and financing. Therefore, the lack of financial education in Brazil has a direct impact on the lack of control over the debts of Brazilian families. Therefore, financial education is an important tool for people to acquire financial skills and effectively manage their finances, resulting in a reduction in excessive debt and default.

KEY-WORDS: Financial education, indebtedness, Brazilian families.

INTRODUÇÃO

O Plano Real foi uma reforma econômica implementada em 1994 no governo Itamar Franco com o principal objetivo de controlar a hiperinflação da época. Com a estabilização da moeda brasileira e o controle da inflação, criou-se um ambiente favorável ao crescimento econômico (MOTTA, 2018). Isso permitiu que houvesse uma redução nas taxas de juros do país e facilitou o acesso ao crédito, impactando muitas famílias, que aproveitaram a oportunidade para contrair dívidas, pois as condições de pagamento tornaram-se mais favoráveis.

Porém, em 1999, houve uma crise cambial, que resultou na desvalorização do Real e a uma elevação das taxas de juros (FARIAS, 2004). Muitas famílias que tinham dívidas em moeda estrangeira viram seu endividamento aumentar substancialmente devido à desvalorização da moeda brasileira.

Entre 2003 e 2010, durante o governo Lula, tivemos um crescimento da economia a partir do aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, da distribuição de renda e a expansão de crédito (ZANOTELLI, 2013). Com o maior acesso ao crédito, o consumo das famílias aumentou, resultando em um aumento do nível de endividamento das famílias.

Após o governo Lula, Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2011. O governo de Dilma tentou aquecer a economia através de políticas de estímulo ao consumo, investimentos públicos e redução das taxas de juros. No entanto, essas medidas não foram suficientes para reverter a tendência de desaceleração econômica e resultaram em um aumento do endividamento público, o que, por sua vez, contribuiu para elevar as taxas de juros (SADER, 2013). A saúde financeira das famílias foi impactada com o crédito mais caro, aumentando a inadimplência.

Em 2016, a então presidente Dilma Rousseff sofreu impeachment e Michel Temer, seu vice, assume o cargo. Durante este período, houve esforços para conter o endividamento público, o que levou a uma redução das taxas de juros (VELOSO, 2019). Isso aliviou um pouco a pressão sobre o endividamento das famílias, mas a recuperação econômica foi lenta.

Depois de eleições conturbadas, Jair Bolsonaro assume a presidência em 2019. No início do seu mandato, a economia brasileira apresentou um crescimento sucinto e manteve a inflação sob controle. Em 2020, houve o início da pandemia do COVID-19, resultando em recessão e aumento no nível de desemprego, que foram em parte mitigados pelas políticas de manutenção de renda e emprego adotadas. Entre 2021 e 2022, com a chegada da vacina e consequente flexibilização das restrições sanitárias derivadas da pandemia, houve uma recuperação econômica, redução do nível de desemprego e aumento na renda (LUPION, 2022). Houve um crescimento do nível de endividamento das famílias durante os quatro anos do governo. Segundo a pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2022, 77,9% das famílias contraíram dívidas. A pesquisa também revela que 31,2% do total de consumidores que atrasaram dívidas não concluíram o ensino escolar e 25,8% concluíram o 2º grau completo em diante.

Em 2023, Lula assume novamente a presidência. A taxa de juros do atual governo ainda se encontra em patamares elevados, o que impacta diretamente no nível de endividamento das famílias. Segundo a Peic, em maio de 2023, cerca de 78,3% das famílias no Brasil adquiriram dívidas em modalidades de crédito comuns, como cartão de crédito, cheque especial, financiamentos, crédito consignado, entre outras. E as famílias que apresentam maiores índices de endividamento são as de baixa e média renda.

Além disso, a pesquisa também revela que a inadimplência (a falta de pagamento das dívidas) está em alta, atingindo cerca de 29,1% das famílias endividadas em maio 2023. Isso representa um aumento em relação ao ano anterior, quando o índice era de 28,6%. E as famílias que apresentam maiores índices de inadimplência são as de baixa e média renda.

A mesma pesquisa aponta que 30,3% dos consumidores com dívidas atrasadas eram mulheres, enquanto 29,1% eram homens. As mulheres ficaram em média 62 dias sem pagar dívidas, os homens permaneceram 63,5 dias com dívidas atrasadas. Com as informações apresentadas, foi observado que as políticas econômicas adotadas causam impacto no nível de endividamento das famílias e da sociedade como um todo. Além disso, é possível afirmar que esse aumento das

dívidas têm sido um dos desafios que ameaçam a estabilidade financeira dos indivíduos. Os principais afetados são aqueles com baixos níveis educacionais e com baixa renda (LOPES, 2012).

A educação financeira promove uma abordagem inovadora para o entendimento de conceitos e produtos financeiros. Ela tem como objetivo desenvolver habilidades financeiras, tornando o indivíduo capaz de tomar decisões de forma consciente. Isso resulta em melhorias significativas no bem-estar financeiro (OECD, 2009).

Conforme explicado por Coelho (2014), no cenário brasileiro, a Educação Financeira ainda é considerada uma novidade por uma grande parcela da população. No entanto, essa realidade está passando por mudanças à medida que as pessoas, de maneira gradual, estão reconhecendo a crescente importância dos ensinamentos financeiros e começando a adotar o planejamento financeiro e o gerenciamento das dívidas.

Sendo assim, surge o seguinte questionamento: como se deu a evolução do crédito, do endividamento e da inadimplência no Brasil entre 2013 e 2023, e quais os benefícios da educação financeira?

E, para responder a esse questionamento, a presente monografia tem o seguinte objetivo geral: Analisar a evolução dos níveis de crédito, endividamento e inadimplência das famílias brasileiras entre 2013 e 2023, e evidenciar os benefícios da educação financeira.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a evolução dos níveis de crédito, endividamento e inadimplência das famílias brasileiras entre 2013 e 2023;
- Relacionar os níveis de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras com os níveis de renda e educação;
- Discutir os benefícios da educação financeira na saúde financeira das famílias.

Para tanto, o presente trabalho encontra-se dividido de forma a comportar além dessa introdução mais quatro capítulos. O segundo capítulo expõe-se a revisão de literatura, apresentando informações sobre o crédito, o endividamento, a inadimplência e a educação financeira. No terceiro capítulo, é evidenciada a metodologia desta monografia. O quarto capítulo apresenta os resultados. E, no último capítulo constam as considerações finais do trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

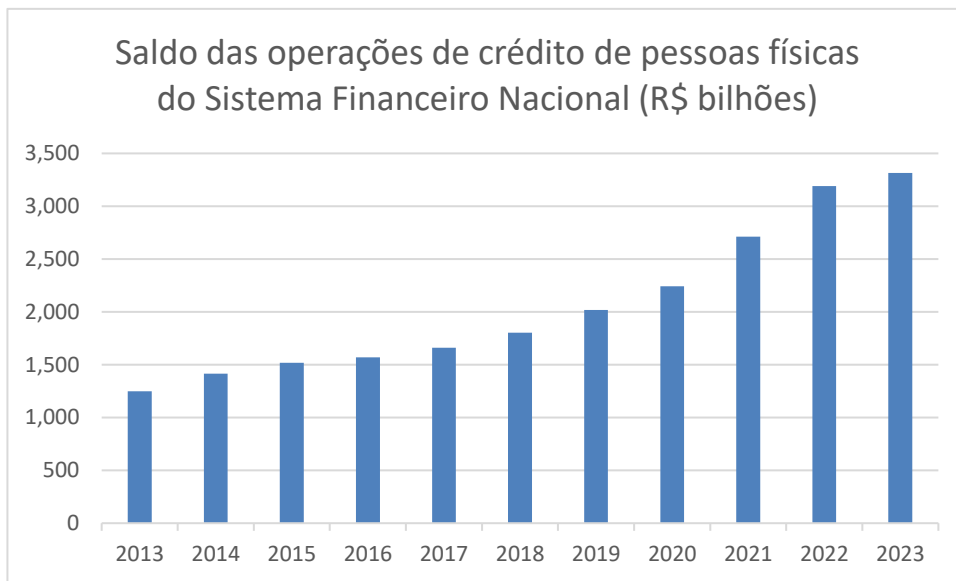
2.1. CRÉDITO

O crédito é a prática de fornecer recursos ou bens, com o intuito de que o montante retornado seja igual ou superior ao investimento inicial, geralmente através de juros ou taxas adicionais. É um conceito financeiro fundamental que desempenha um papel crucial na economia moderna. As principais modalidades de crédito que tornam o consumo mais acessível para a população são o crédito consignado e o financiamento (Slomp, 2008).

O crédito concedido a pessoas físicas ocorre quando uma empresa estabelece transações comerciais com os consumidores finais, permitindo que esses consumidores adquiram produtos ou serviços com a opção de pagamento a prazo (LEONI, 1998).

De acordo com os dados do Banco Central do Brasil (BCB), O saldo das operações de crédito de pessoas físicas do Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu R\$ 3,3 trilhões em julho de 2023, um aumento de 3,89% em relação a 2022. Entre 2013 e 2023, houve um crescimento de 165,29%.

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito de pessoas físicas do Sistema Financeiro Nacional entre 2013 e 2023



Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir do BCB (2023).

É importante notar que, ao longo dessa evolução, o acesso ao crédito se tornou mais amplo, com a diversificação de produtos financeiros, como cartões de crédito, empréstimos pessoais, financiamentos. No entanto, o crédito pode ser perigoso, pois compromete a renda de quem o toma, podendo levar o indivíduo a uma situação de endividamento e inadimplência.

2.2. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

O endividamento ocorre quando uma pessoa física ou jurídica tem uma dívida pendente, ou seja, um montante emprestado ou financiado, que ainda não foi totalmente pago. Os débitos podem surgir por vários motivos, como a necessidade de comprar bens de consumo, enfrentar despesas imprevistas etc.

As principais armadilhas causadoras de dívidas são: Não ter conhecimento sobre a sua situação financeira, extensão da renda através do cartão de crédito ou cheque especial, a impulsividade e não ter uma reserva de emergência; A falta de conhecimento sobre as próprias finanças é uma das principais causas do endividamento; Ausência de planejamento financeiro adequado, principalmente na hora de adquirir bens ou serviços de alto valor, sendo impossível controlar as

despesas; Inexistência de conhecimento do próprio orçamento, o indivíduo utiliza cartões de crédito ou cheque especial para estender sua renda, confundindo o próprio dinheiro e o crédito fornecido pelo sistema financeiro; A impulsividade que resulta em um consumo excessivo, prejudicando o bem-estar financeiro. Por fim, vale ressaltar que mesmo com o bem-estar financeiro, se o indivíduo não tiver nenhuma reserva de emergência, é mais provável que haja um aumento no nível de endividamento. Isto porque, caso surja uma emergência, ele terá de recorrer a cartões de crédito, empréstimos ou prestações para fazer face ao ocorrido (ACORDO CERTO, 2020).

Existem diversos fatores que corroboram para o aumento do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras. As principais são despesas inesperadas, desemprego ou redução de renda, mudanças na situação de vida e taxas de juros elevadas. A taxa de juros é uma das principais variáveis que afetam o endividamento das famílias. Quando a taxa de juros aumenta, conseqüentemente o custo do crédito também cresce, o que torna mais difícil para as famílias pagarem suas dívidas. Isso pode levar a um aumento no número de endividados e inadimplentes. A taxa de juros é diretamente conectada às políticas econômicas, visto que é uma das principais ferramentas utilizadas pelo governo para influenciar o sistema econômico do país. Desta forma, as políticas econômicas adotadas no Brasil desde 1994, com a implementação do Plano Real até 2023, impactaram, em diversas formas, a saúde financeira das famílias. De acordo com Sebben (2020), os termos "endividamento" e "inadimplência" ganharam força no Brasil durante a década de 1990, em decorrência de significativas transformações na economia nacional. As medidas econômicas implementadas pelo então Presidente Fernando Collor de Melo, com o propósito de conter a inflação e forçar a redução de preços, impactaram profundamente o poder de compra dos consumidores. Isso se deu em razão da drástica redução na circulação de moeda e do congelamento de contas correntes, poupanças e investimentos com valores superiores a 50 mil cruzados novos (NCz\$). Mais um dos diversos planos econômicos adotados que não tiveram sucesso.

Em 1994 foi implementado no Brasil o Plano real. Com a estabilização da moeda promovida pelo Plano Real, o cenário econômico começou a se transformar. Com a queda da inflação e a estabilização econômica, as taxas de juros começaram a cair e isso tornou o crédito mais acessível para muitos brasileiros, mas também levou a um aumento no endividamento das famílias (MOTTA, 2018).

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu mandato como Presidente da República, que se estendeu até 2010. O período foi marcado por políticas de expansão de crédito e inclusão financeira, resultando na redução na taxa de juros. (ZANOTELLI, 2013). Isso facilitou o acesso ao crédito para aquisição de imóveis e bens de consumo duráveis. O endividamento das famílias aumentou, mas o país experimentou um período de crescimento econômico substancial.

A partir da década de 2010, o nível de endividamento no Brasil continuou aumentando por uma combinação de fatores, entre eles estão: o encarecimento do crédito, a elevação dos juros e o aumento do IOF que incide sobre as operações de crédito pessoal. Segundo a Peic (2022), 63,6% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2019, um aumento de 4,5% comparado a janeiro de 2010, no qual o índice encontrava-se em 59,1%.

Em 2020, a pandemia do Covid-19 aumentou a taxa de desemprego, resultando em um aumento no nível de endividamento no Brasil. Segundo a Peic (2022), 66,5% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2020 e 77,9% estavam endividadas em 2022, um aumento expressivo de 11,4% em dois anos. Esse resultado também se deu em parte por conta das políticas de contenção dos efeitos nefastos da pandemia fazendo o governo implementar uma política de expansão monetária (política de manutenção do emprego e da renda).

Kiyosaki (2017), enfatizou a importância de compreender as diferenças entre passivos e ativos financeiros para evitar o endividamento. Ele argumenta que muitas pessoas se endividam por conta de passivos financeiros, ou seja, despesas que geram despesas adicionais e não geram renda, como carros, casas e outros bens de consumo. Em contrapartida, defende que é necessário investir em ativos financeiros, que são aqueles que geram renda, como negócios próprios, imóveis para aluguel, ações, entre outros. Para o autor, a falta de educação financeira é um dos principais motivos para o endividamento das pessoas, pois muitas delas não sabem como gerir suas finanças e acabam se afundando em dívidas.

Além disso, Kiyosaki (2017) argumenta que o endividamento pode ser visto de maneira positiva, desde que seja utilizado para adquirir ativos financeiros que gerem renda. Ele chama essa estratégia de "alavancagem financeira", que consiste em usar empréstimos e outras formas de financiamento para adquirir bens que gerem renda,

como imóveis para aluguel, por exemplo. No entanto, é importante lembrar que o endividamento deve ser feito com cautela e planejamento, pois caso contrário, pode levar à inadimplência e a problemas financeiros graves. Por isso, é fundamental que as pessoas busquem se educar financeiramente e tomem decisões conscientes sobre como utilizar o dinheiro e lidar com as dívidas.

Ramsey (2010), é bastante crítico em relação ao endividamento excessivo e a inadimplência, e defende a importância de viver dentro das próprias possibilidades financeiras. Para ele, o endividamento é um grande problema para as famílias e indivíduos que não sabem controlar seus gastos e acabam acumulando dívidas que se tornam cada vez mais difíceis de pagar. O autor é contra o uso de empréstimos e cartões de crédito para financiar gastos de consumo, como viagens, roupas, entre outros, pois isso pode levar a um ciclo vicioso de dívidas. Em vez disso, ele defende o uso de um orçamento financeiro detalhado para controlar os gastos e evitar o endividamento.

O mesmo autor também enfatiza a importância de ter uma reserva financeira para emergências, de forma que as pessoas possam lidar com despesas imprevistas sem recorrer a empréstimos. Outra estratégia que ele recomenda é a "dívida de bola de neve", que consiste em priorizar o pagamento das dívidas com os menores saldos primeiro, enquanto mantém o pagamento mínimo das outras dívidas. Com o tempo, as dívidas menores são pagas e o dinheiro que era destinado a elas pode ser direcionado para o pagamento das dívidas maiores, criando um efeito cascata que ajuda a eliminar as dívidas mais rapidamente. E, por fim, ele evidencia a importância de investir em educação financeira para evitar o endividamento.

Cerbasi (2009), defende a importância de ter uma visão mais ampla e estratégica das finanças pessoais para evitar o endividamento e alcançar a independência financeira. Para ele, o endividamento e a inadimplência são problemas para a maioria dos brasileiros que têm uma cultura de consumo excessivo e pouca preocupação com a gestão financeira. Ele argumenta que muitas pessoas acabam se endividando por conta de um estilo de vida acima das suas possibilidades, sem planejamento financeiro adequado. Um retrato disso pode ser visto pelos dados do Peic, (2022), que evidencia que o endividamento das famílias brasileiras aumentou em 15,4% nos últimos 10 anos, alcançando 77,9% em 2022.

Uma das estratégias recomendadas pelo autor para evitar o endividamento excessivo é a criação de um orçamento financeiro detalhado, que permita controlar os gastos e evitar o desperdício de dinheiro. Ele enfatiza a importância de priorizar os gastos essenciais, como moradia, alimentação e educação, e reduzir os gastos supérfluos, como viagens, roupas e outros itens de consumo. Outra estratégia que ele recomenda é a criação de uma reserva financeira de emergência que seja equivalente a pelo menos seis meses de despesas essenciais, que permita lidar com despesas imprevistas sem recorrer a empréstimos.

Cerbasi (2009) também defende a importância de se ter uma visão estratégica do dinheiro e investir em ativos financeiros que gerem renda a longo prazo, como imóveis para aluguel, ações e fundos de investimento. Ele enfatiza que o endividamento pode ser útil em algumas situações, desde que seja bem planejado e utilizado para adquirir ativos financeiros que gerem renda.

A discussão anterior evidencia, portanto, que a educação financeira dos indivíduos e/ou famílias é considerada fundamental para que eles adquiram habilidades financeiras para controlar as suas finanças de forma adequada e eficiente e assim, possam evitar o endividamento excessivo e a inadimplência. Apesar dos autores reconhecerem que o endividamento pode ser útil em algumas situações, é preciso tomar cuidado para não se tornar uma armadilha financeira.

2.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Plano Real revolucionou o cenário econômico do país ao garantir a estabilidade após um longo período de hiperinflação (PRADO, 2020). Com a estabilização da economia, as pessoas passaram a ter mais poder aquisitivo e acesso maior ao crédito - principalmente a partir de 2003 quando a expansão de crédito passou a compor a política do Governo - tornando-as mais endividadas. Porém, até o ano de 2010, existiam pouquíssimas ações voltadas para a educação financeira no Brasil. No entanto, a partir de 2010, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) através do Decreto 7397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010, a educação financeira ganhou uma maior repercussão no Brasil. O governo federal, em parceria com instituições privadas, passou a

desenvolver campanhas e programas de educação financeira para a população. Segundo Domingos (2022), a educação financeira é um processo que busca auxiliar as pessoas a compreenderem e desenvolverem a inteligência financeira, de modo a construírem uma vida financeira saudável e equilibrada, envolvendo o aprendizado de conceitos e habilidades relacionadas à gestão do dinheiro, ao planejamento financeiro, ao controle de gastos e à tomada de decisões conscientes e responsáveis sobre investimentos, empréstimos e financiamentos.

Segundo Brönstrup (2016), a educação financeira é essencial para que as pessoas possam usar o dinheiro de forma eficiente. Isso significa que elas devem ser capazes de tomar decisões financeiras conscientes e sustentáveis, que tenham impactos positivos na economia e na sociedade. A falta de conhecimento financeiro pode levar a consequências negativas, como decisões erradas, endividamento excessivos e diminuição do bem-estar de muitas pessoas. Por outro lado, mesmo um conhecimento financeiro básico pode ajudar os indivíduos a refletirem mais sobre suas escolhas e sobre seu futuro.

Eker (2006), evidencia a importância de adquirir conhecimentos básicos sobre finanças, abordando temas como orçamentos, controle de gastos, poupança e investimentos. O autor sustenta que a ausência das habilidades financeiras pode conduzir a diversos desafios, incluindo o acúmulo de dívidas excessivas e obstáculos para a realização de objetivos financeiros, tanto de curto quanto de longo prazo.

Para Domingos (2022), a educação financeira não deve ser apenas uma questão de ensinar as pessoas a economizar e investir, mas também de ajudá-las a desenvolver uma relação positiva com o dinheiro, baseada em valores como responsabilidade, transparência, cooperação e sustentabilidade. Ele destaca que é um processo contínuo e que deve envolver todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade, e ser acessível a todos, independentemente de sua renda ou nível de escolaridade.

Segundo Cerbasi (2009), é importante também desenvolver habilidades socioemocionais, como a capacidade de lidar com a pressão do consumo e a tentação de gastar impulsivamente. Ele destaca que a educação financeira deve abordar não apenas aspectos técnicos, mas também questões comportamentais e emocionais relacionadas ao dinheiro.

De acordo com Pereira (2003), o processo de educação financeira deve começar por volta dos dois ou três anos de idade, quando a criança manifesta o interesse em obter dinheiro para a compra de doces e brinquedos. Segundo ele, a educação financeira tem início com a compreensão do valor das moedas. Segundo Domingos (2022), atualmente, percebe-se uma nova visão em relação ao ensino da educação financeira nas escolas para as crianças e jovens brasileiros, o que demonstra uma crescente conscientização sobre a importância dessa temática. Nesse contexto, é importante destacar que ocorrem mudanças nos valores, passando de uma fase focada no "ter" para uma fase em que o "ser" é mais valorizado.

Para Cerbasi (2009), uma das formas de promover a educação financeira na infância é através da mesada. A mesada é uma excelente oportunidade para ensinar às crianças sobre o valor do dinheiro, o planejamento financeiro, a economia e a responsabilidade. Com a mesada, as crianças aprendem a gerenciar seus recursos e a tomar decisões financeiras informadas. Outra forma de promover a educação financeira na infância é através de jogos e atividades lúdicas. Jogos como o Banco Imobiliário, Jogo da Vida, Monopoly e outros, podem ajudar as crianças a entenderem os conceitos financeiros de forma divertida e prática. Conforme a definição apresentada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2015, a educação financeira é um processo no qual os indivíduos incrementam seus conhecimentos acerca de conceitos e produtos financeiros. Esse aprimoramento capacita-os a desenvolver habilidades financeiras e valores necessários para tomar decisões conscientes e bem-informadas relacionadas a oportunidades e riscos financeiros. Com acesso às informações, orientação e formação apropriados, esses indivíduos podem tomar decisões financeiras mais conscientes e implementar medidas que melhorem seu bem-estar financeiro (Brasil, 2020).

Através da educação financeira, é possível adquirir diversas habilidades financeiras, tais como planejamento financeiro e controle do orçamento. O planejamento é importante para que o indivíduo estabeleça e alcance as metas financeiras. Com o orçamento, é possível monitorar todos os gastos, identificando consumos excessivos e reduzindo o nível de endividamento (PADILHA, KLIMICK e LOPES, 2018). Com a aquisição destas habilidades financeiras, o endividamento pode ser utilizado de forma responsável e estratégica.

2.3.1. Educação Financeira nas Escolas

Segundo as observações de Silva (2004), as pessoas no Brasil geralmente não recebem uma educação voltada para a reflexão sobre a gestão financeira. Conseqüentemente, a maioria delas tende a gastar sem considerar cuidadosamente sua situação financeira e as conseqüências futuras de suas decisões. Enquanto economizar é uma prática crucial, é igualmente fundamental compreender como investir de maneira eficaz.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação à educação financeira nas escolas brasileiras. De acordo com uma pesquisa encomendada pelo C6 Bank e realizada pela Ibope Inteligência, apenas 21% dos brasileiros com acesso à internet tiveram acesso à educação financeira durante a infância. O estudo também mostrou que a maioria dos entrevistados (38%) aprendeu noções de educação financeira na adolescência, entre os 12 e 17 anos de idade, enquanto 27% tiveram contato com o assunto apenas na juventude, entre os 17 e 24 anos. Por fim, 14% só tiveram acesso à educação financeira na fase adulta, acima dos 25 anos.

Entretanto, a partir de 2020, um importante marco foi estabelecido com a inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino infantil e fundamental, passando a ser uma disciplina transversal, integrada às aulas de matemática, história, português, geografia e outras matérias. Essa modificação tornou-se obrigatória, reconhecendo o potencial da educação financeira em preparar os jovens para uma vida econômica mais saudável.

Entretanto, ainda existem várias maneiras pelas quais as escolas podem promover a educação financeira. Segundo Andrade (2021), a primeira delas é por meio de disciplinas específicas, como a matemática financeira, a economia e a gestão financeira. Essas disciplinas podem ajudar os alunos a desenvolverem habilidades como o planejamento financeiro, o controle de despesas e o gerenciamento de recursos.

Segundo Cerbasi (2009), as escolas também podem organizar *workshops* e atividades práticas para ensinar habilidades financeiras aos alunos. *Workshops* sobre como poupar dinheiro, como investir e como administrar um orçamento podem ser muito úteis para os alunos, pois os ajudam a aprender sobre finanças de forma prática e interativa. Podem fornecer recursos educacionais, tais como livros, materiais de leitura e jogos educativos sobre finanças. Dessa forma, ajudando os alunos a entenderem melhor os conceitos financeiros e a desenvolver habilidades práticas para lidar com suas finanças pessoais.

Cerbasi (2016) destaca que os jogos educativos são uma ferramenta muito eficaz para o ensino da educação financeira nas escolas. Segundo ele, os jogos permitem que os alunos aprendam sobre finanças de forma lúdica e interativa, o que torna o processo de aprendizado mais divertido e envolvente.

Segundo Domingos (2022), as universidades também têm um papel de grande importância na educação financeira, especialmente porque muitos estudantes universitários estão prestes a entrar no mercado de trabalho e lidar com desafios financeiros relacionados a empréstimos estudantis, financiamentos, investimentos e outras questões. As universidades podem fornecer aos estudantes as habilidades necessárias para gerenciar suas finanças pessoais com sucesso, assim devem oferecer disciplinas eletivas ou cursos específicos sobre finanças pessoais para os estudantes, a fim de prepará-los para lidar com os desafios financeiros do mundo real. O autor ressalta a importância das universidades fornecerem orientação financeira personalizada aos estudantes, por meio de serviços de aconselhamento financeiro ou consultoria. Para ele, a educação financeira nas universidades é importante não apenas para a vida dos estudantes, mas também para a economia como um todo.

Por fim, é notória a importância da educação financeira nas escolas para ajudar os jovens a desenvolverem habilidades financeiras e prepará-los para o futuro. Através da inclusão de tópicos financeiros nas grades curriculares e de estratégias educacionais, as escolas podem ajudar a promover a educação financeira entre os jovens e capacitá-los para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis.

2.3.2 Estratégias Educacionais

Segundo Domingos (2022), existem várias estratégias para promover a educação financeira e ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades financeiras para a gestão eficaz do endividamento pessoal. Algumas dessas estratégias incluem:

1. **Cursos de educação financeira:** Esses cursos podem ser oferecidos por escolas, empresas, organizações sem fins lucrativos e outras entidades. Eles podem abranger uma ampla variedade de tópicos, desde orçamento e investimentos até planejamento financeiro e gestão de dívidas.
2. **Workshops e palestras:** Esses eventos podem ser realizados em escolas, empresas, bibliotecas e outros locais públicos. Eles podem ser voltados para tópicos específicos, como orçamento ou investimentos, ou podem ser mais amplos e abrangentes.
3. **Materiais de leitura:** Livros, artigos e outros materiais podem ser uma ótima maneira de aprender sobre finanças pessoais. Esses materiais podem ser encontrados em bibliotecas, livrarias e on-line.
4. **Jogos e aplicativos:** Podem ser uma maneira divertida de aprender sobre finanças pessoais. Eles podem simular situações financeiras do mundo real e ajudar as pessoas a aprenderem sobre orçamento, investimentos e gestão de dívidas.
5. **Aconselhamento financeiro:** O aconselhamento financeiro pode ajudar as pessoas a desenvolverem um plano financeiro personalizado e a identificar estratégias para lidar com o endividamento pessoal. Isso pode ser oferecido por organizações sem fins lucrativos, empresas de consultoria financeira ou consultores financeiros independentes.
6. **Programas de incentivo à poupança:** Programas que incentivam a poupança, como programas de correspondência de empregadores ou contas de poupança específicas, podem ajudar as pessoas a desenvolverem uma abordagem mais saudável em relação ao dinheiro e a construir um fundo de emergência para enfrentar situações financeiras inesperadas.

Essas estratégias podem ser adaptadas às necessidades e interesses das pessoas e devem ser acessíveis e amplamente divulgadas para que todos possam se beneficiar. Além disso, outras ações, como promover a discussão aberta sobre dinheiro, incentivar o uso de ferramentas financeiras e encorajar a busca de ajuda profissional, também são fundamentais para a promoção da educação financeira e gestão eficaz do endividamento.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa é caracterizada como bibliográfica, somada a uma análise de dados secundários com o intuito de analisar a evolução do endividamento e inadimplência das famílias brasileiras.

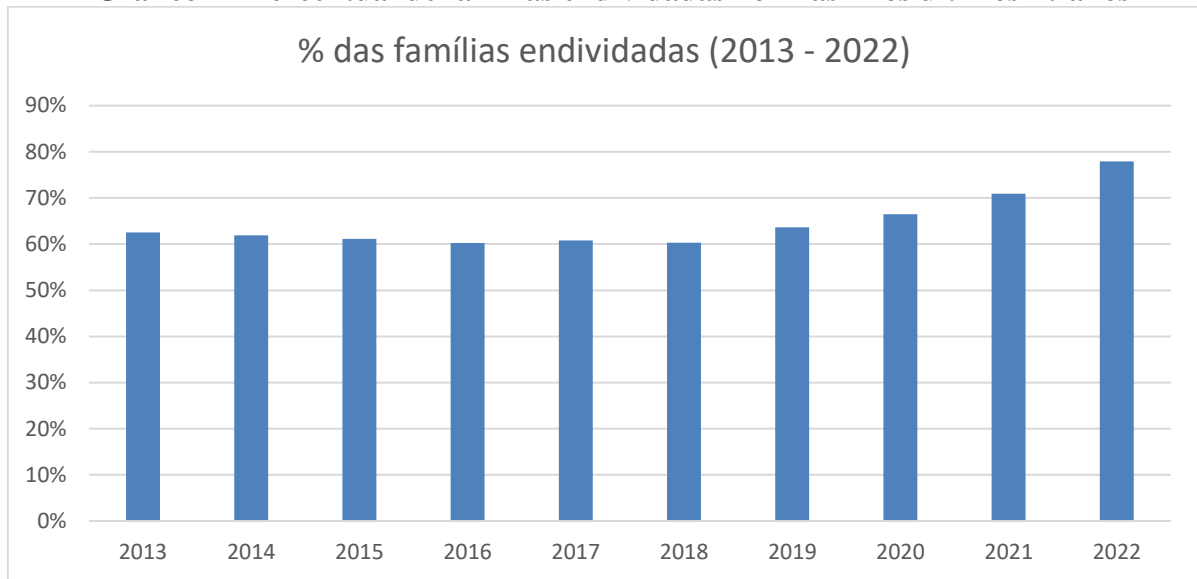
A pesquisa bibliográfica é uma metodologia de investigação que consiste na busca e análise de informações e conhecimentos já publicados em livros, revistas, artigos, teses, sites, dissertações, relatórios, entre outros materiais impressos ou digitais (FONSECA, 2002). Os termos centrais utilizados na pesquisa foram educação financeira e endividamento, permitindo assim a construção do referencial teórico dessa monografia.

Para a coleta e análise, foram utilizados os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na pesquisa são analisados os consumidores com renda até 10 salários-mínimos e os consumidores com renda maior que 10 salários-mínimos. Além disso, foram analisados consumidores que não concluíram o ensino médio e os consumidores que concluíram. Com esses dados, foi possível analisar os níveis de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras de 2013 a 2023, e a partir de então elencar os benefícios da educação financeira na resolução dos problemas que surgem dessa combinação de endividamento e inadimplência.

4. RESULTADOS

Para atingir os objetivos preconizados, os pontos mais relevantes da pesquisa são a evolução do nível de famílias endividadas, os meios de créditos com maior utilização, proporção de endividados por faixas de renda e níveis educacionais.

Analisando a evolução endividamento das famílias brasileiras no período estudado, o Gráfico 2 evidencia que o endividamento aumentou em 15,4% nos últimos 10 anos, alcançando 77,9% em 2022. É o maior nível de endividamento da série anual iniciada em 2010.

Gráfico 2 - Percentual de famílias endividadas no Brasil nos últimos 10 anos

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

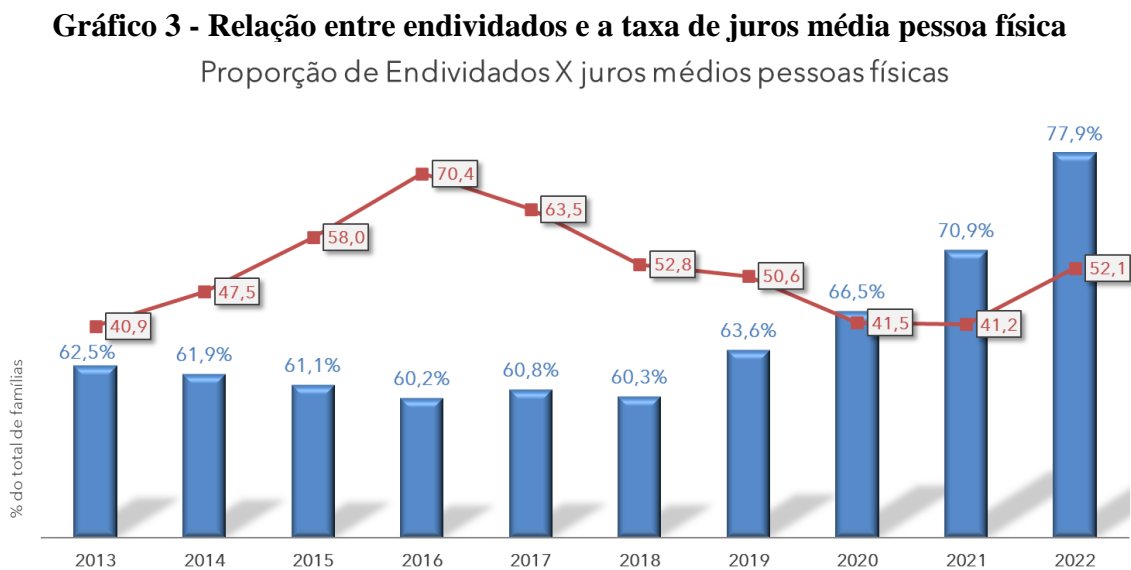
Além disso, houve um aumento no percentual de famílias com dívidas em atraso, de 25,2% em 2021 para 28,9% em 2022, alcançando o maior índice nos últimos 10 anos. A pesquisa também mostra que 10,7% das famílias não têm condições de efetuar o pagamento das dívidas em atraso, como pode ser visto na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Percentual de Famílias Endividadas entre 2013 e 2022

Famílias (em %)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Endividadas	62,5%	61,9%	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%	70,9%	77,9%
Com dívidas em atraso	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Sem condições de pagar as dívidas em atraso	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
Varição %	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Endividadas	4,3%	-0,6%	-0,8%	-1,0%	0,6%	-0,5%	3,4%	2,8%	4,4%	7,0%
Com dívidas em atraso	-0,2%	-1,8%	1,5%	3,2%	1,2%	-1,4%	-0,1%	1,5%	-0,3%	3,7%
Sem condições de pagar as dívidas em atraso	-0,2%	-0,6%	1,4%	1,5%	1,1%	-0,5%	-0,1%	1,4%	-0,6%	0,2%

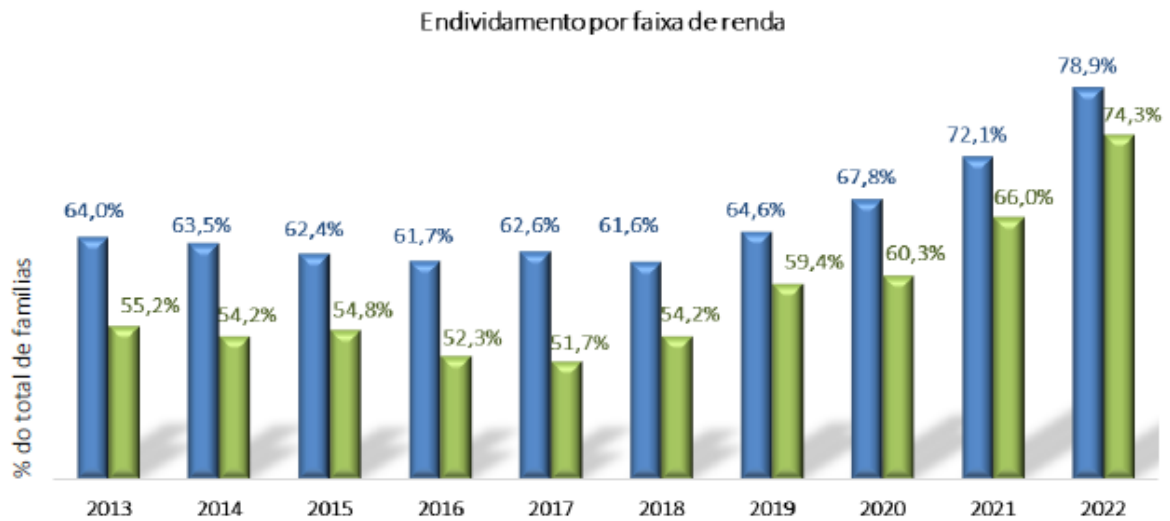
Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

No gráfico 3 é observado que a partir de 2018 há um crescimento no percentual de endividados, isso ocorreu devido à queda dos juros em 2018 que estimulou o uso do crédito. Porém, entre 2020 e 2022, a taxa de juros de referência da economia, a Taxa Selic que estava em dezembro de 2020 abaixo de 5% chegou a 13,75% em 2022. Neste mesmo período, houve um aumento de 11,4 % no nível de endividamento do país.



Fonte: Peic (2022)

Entre 2013 e 2022, as famílias com renda de até 10 salários-mínimos apresentaram maior endividamento que as famílias com renda acima de 10 salários-mínimos. Após a pandemia, os consumidores aumentaram a busca por crédito apesar das elevadas taxas de juros. O nível de endividamento mostrou recorde nas duas faixas de renda em 2022, como pode ser visto no Gráfico 4, alcançando 78,9% das famílias do grupo com até dez salários-mínimos de renda mensal, e 74,3% entre as com mais de dez salários de rendimento.

Gráfico 4 - Endividamento por faixa de renda

Fonte: Peic (2022).

Os dados da Tabelas 2 mostram que as famílias com menos renda são as mais impactadas com o endividamento. Nota-se que 19,4% das famílias com renda até 10 salários-mínimos se sentem muito endividadas.

Tabela 2 - Indicadores de superendividamento por faixas de renda

Nível de endividamento em 2022			
Categoria	Total	Até 10 SM	Acima de 10 SM
Muito Endividado	17,6%	19,4%	9,2%
Mais ou menos Endividado	27,5%	28,4%	23,9%
Pouco Endividado	32,9%	31,2%	41,2%
Não tem Dívidas	22,0%	21,0%	25,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,1%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Famílias Endividadas	77,9%	78,9%	74,3%

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

Na tabela 3, entre os 19,4% das famílias com renda até 10 salários-mínimos que se sentem muito endividadas, 23% delas estão com mais da metade da renda comprometida com dívidas. Esses números evidenciam o impacto do endividamento nas famílias de baixa renda.

Tabela 3 - Parcela da Renda comprometida com dívidas em 2022 (% dos endividados)

Categoria	Total	Até 10 SM	Acima de 10 SM
Menos de 10%	21,6%	20,2%	28,5%
De 11% a 50%	53,3%	53,2%	54,0%
Superior a 50%	21,5%	23,0%	14,2%
Não sabe/Não respondeu	3,6%	3,7%	3,3%
Famílias Endividadas	30,2%	30,9%	27,3%

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022)

A Tabela 4 a seguir mostra que em 2022, o nível de inadimplência entre as famílias de baixa renda foi de 32,3%, um aumento de 8,7% comparado a 2013, alcançando o maior índice dos últimos 10 anos, entre eles 13% não tem condições de pagar as dívidas. O nível de inadimplência entre as famílias de rendas mais elevadas foi de 13,3%, entre eles 3,1% não tem condições de pagar as dívidas. Com estes dados, é possível afirmar que inadimplência atinge com maior incidência as famílias com rendas mais baixas.

Tabela 4 - Indicadores de Inadimplência por Faixas de Renda

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Famílias com dívidas em atraso	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Até 10 SM	23,6%	21,7%	23,4%	27,1%	28,7%	27,0%	26,9%	28,7%	28,2%	32,3%
Acima 10 SM	10,9%	9,8%	10,1%	11,8%	11,4%	11,3%	11,2%	11,4%	11,8%	13,3%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
Até 10 SM	8,1%	7,4%	9,0%	10,5%	11,8%	11,3%	11,2%	12,8%	12,4%	13,0%
Acima 10 SM	2,7%	2,2%	2,8%	3,7%	3,9%	3,7%	3,5%	4,2%	3,5%	3,1%

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

Entre as famílias endividadas em 2022, 86,6% utilizaram o cartão de crédito como a principal modalidade de dívida, assim como vem ocorrendo desde 2013. Conforme evidenciado na Tabela 5. O cartão de crédito é uma modalidade de dívida que está associada a juros de mais de 400% ao ano.

Tabela 5 - Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida no Brasil

Tipo de Dívida	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Crédito pessoal	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Financiamento de casa	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito consignado	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque especial	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%	3,0%	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%	1,1%	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%
Não respondeu	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

A modalidade de dívida menos usada é o cheque pré-datado. Porém, Cerbasi (2009) destaca que o cartão de crédito pode ser utilizado para melhorar a saúde financeira, caso seja usado com planejamento. O autor cita a educação financeira como a principal ferramenta para adquirir habilidades financeiras e assim ajudar as pessoas a tomarem decisões mais conscientes.

A Tabela 6 mostra que entre as famílias brasileiras endividadas, 77,8% não concluíram o ensino médio, enquanto 22,2% delas já concluíram. Porém, em termos de inadimplência, os dados mostram que 31,2% das famílias que atrasaram suas dívidas não concluíram o ensino médio, enquanto 68,8% já concluíram. Isso ocorre devido ao baixo índice educacional no Brasil. De acordo com o teste de cultura financeira realizado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em maio de 2017, o Brasil teve o pior desempenho entre os países participantes, no qual 53% dos alunos brasileiros ficaram abaixo do nível mínimo de conhecimentos financeiros.

Tabela 6 – Indicadores de endividamento por nível educacional

NÍVEL EDUCACIONAL	2022
Famílias endividadas	%
Não concluíram 2º grau	77,8%

2º grau completo	78,0%
Famílias com dívidas em atraso	%
Não concluíram 2º grau	31,2%
2º grau completo	25,8%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	%
Não concluíram 2º grau	12,0%
2º grau completo	9,1%

Fonte: Elaboração Própria (2023) a partir da Peic (2022).

Kiyosaki (2017), argumenta que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras inadequadas, como acumular dívidas excessivas. O autor destaca a importância da educação financeira e da compreensão dos princípios financeiros para evitar a inadimplência e alcançar a independência financeira.

Cerbasi (2009) destacou vários benefícios da educação financeira, entre eles estão o Controle financeiro, a Redução das dívidas excessivas, o Planejamento financeiro e o investimento inteligente. O controle financeiro é importante para que as pessoas tomem decisões mais conscientes, trazendo assim mais segurança financeira. A compreensão dos princípios financeiros ajuda as pessoas a evitarem o acúmulo de dívidas excessivas e a usar o crédito de forma responsável. O planejamento financeiro ajuda as pessoas a definirem objetivos financeiros e a desenvolver planos para alcançá-los, seja para comprar uma casa, pagar a educação dos filhos ou uma aposentadoria tranquila. Através da educação financeira, é possível alocar os recursos de modo inteligente, investindo nos melhores produtos financeiros e resultando em melhores resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia analisou a evolução do crédito, do endividamento e da inadimplência no Brasil de 2013 até 2023, as políticas econômicas adotadas no mesmo período e os benefícios da educação financeira na saúde financeira.

Os dados mostraram que houve uma significativa expansão do crédito para as famílias brasileiras entre 2013 e 2023, estimulando o consumo. Com o maior acesso ao crédito, o nível de endividamento no Brasil cresceu no período, atingindo o percentual recorde em 2022. O cartão de crédito foi a modalidade de dívida mais utilizada pelas famílias brasileiras, seguido do carnê e do financiamento de carro. Os resultados mostram que as famílias brasileiras com maiores níveis de endividamento e inadimplência são as de baixa e média renda. Adicionalmente, as famílias que mais foram atingidas pela inadimplência são as que não concluíram o ensino médio, destacando o nível educacional como um dos fatores mais importantes para o gerenciamento das dívidas.

A educação financeira é uma ferramenta importante para a estabilidade financeira, a independência econômica e o bem-estar financeiro de todas as pessoas. Porém, a maior parte da população brasileira não tem acesso aos conhecimentos financeiros, resultando nesse crescimento do endividamento e inadimplência das famílias.

Sendo assim, pode-se concluir que a falta da educação financeira influencia diretamente no descontrole das finanças e na utilização inadequada do crédito, resultando em um endividamento excessivo e inadimplência. Nesse sentido, é fundamental investir em educação financeira para que as pessoas possam desenvolver habilidades financeiras, conseguindo assim evitar o endividamento excessivo e gerenciar com eficiência as finanças.

Espera-se que as informações obtidas a partir da elaboração desta monografia sirvam de estudo e embasamento para outros trabalhos que venham falar deste assunto.

REFERÊNCIAS

Banco Central do Brasil. Plano real. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acessado em: 21/08/2023.

BBC News Brasil. Brasil bate recorde de endividados, disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c257e50r9rlo#:~:text=recorde%20de%20endividados-,Em%202022%2C%20a%20cada%20100%20fam%C3%ADlias%20brasileiras%2C%2078%20estavam%20endividadas,de%2011%2C4%20pontos%20percentuais.> Acessado em 22/04/2023

BCB. Efeitos de longo prazo da educação financeira em escolas brasileiras: evidências de ação educacional de 2010-2011, 2009. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE082_Efeitos_de_longo_prazo_da_educacao_financeira_em_escolas_brasileiras_evidencias_de_acao_educacional_de_2010-2011.pdf. Acessado em: 22/08/2023.

BRASIL, 2020. Educação Financeira e Previdenciária. Ministério da Economia.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidadesvinculadas/autarquias/previc/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria-1>

Brasil Escola. Plano Real. Disponível em:

<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm#:~:text=Os%20programas%20anteriores%20ao%20Plano,o%20problema%20persistisse%20no%20pa%C3%ADs.> Acessado em: 21/08/2023.

BRÖNSTRUP, T. M. (2016). Educação financeira nas escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). Camine 8(2). Disponível em:

<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1922#:~:text=Este%20estudo%20buscou%20analisar%20a%20inser%C3%A7%C3%A3o%20do%20ensino,question%C3%A1rios%20estruturados%20aos%20estudantes%2C%20professores%20e%20o%20diretor>

CERBASI, Gustavo. Como Organizar Sua Vida Financeira: Inteligência Financeira Pessoal Na Prática. Rio De Janeiro, Elsevier, 2009.

CERBASI, Gustavo. Dinheiro: Os Segredos de Quem Tem. Sextante, 11 Jan. 2016.

CNC. Endividamento e inadimplência no Brasil, 2023. Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2023/01/cnc-endividamento.pdf>. Acessado em: 22/08/2023.

COELHO, T. C F. Educação Financeira para crianças e adolescentes. 2014. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Estácio de Sá, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2014. Disponível em:

<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-para-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acessado em: 28/08/2023.

Digio Blog, 2021. O que é endividamento e quais seus impactos na vida financeira? Disponível em:

<https://www.digio.com.br/blog/salvando-grana/o-que-e-endividamento-e-quais-seus-impactos-na-vida-financeira/>. Acessado em: 28/08/2023.

DOMINGOS, R. Terapia financeira. [s.l.] Editora DSOP, 2022.

Educação Financeira na Escola. Como está a educação financeira dos jovens brasileiros? Disponível em:

<https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/como-esta-a-educacao-financeira-dos-jovens-brasileiros>. Acessado em: 24/04/2023.

Educação Financeira nas escolas, disponível em:

<https://profelisson.com.br/2021/11/09/educacao-financeira-nas-escolas-uma-experiencia-real>. Acessado em: 24/04/2023.

EKER, T. Harv. Os segredos da mente milionária. Editora Sextante; 1ª edição, 2006.

EmDia, 2020. Quais as principais causas do endividamento? Disponível em:

<https://blog.euemdia.com.br/endividamento-das-familias/>. Acessado em: 21/08/2023.

Endividamento, disponível em: <https://www.financaspraticas.com.br/planejar/como-organizar-as-contas/endividamento>, Acessado em: 26/06/2023.

Endividamento e inadimplência crescem entre consumidores de renda média, 2023. Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2023/06/peic-endividamento-familias-CNC-maio-2023.pdf>. Acessado em: 26/06/2023.

FARIAS, Joel Lopes, 2004. Crise Cambial Brasileira de 1999 Causas e Consequências. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/75065/JOEL-LOPES-FARIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 21/08/2023. ENEF, disponível em:

FERREIRA, Talita Quaresma. O boom das commodities dos anos 2000: uma análise do impacto da alta das commodities nas taxas de investimento direto externo no Brasil. 2018. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11948/1/TQFerreira.pdf>. Acessado em: 28/08/2023

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Fundação Sanepar. Armadilhas que levam ao endividamento e como se prevenir, disponível em:

<https://fundacaosanepar.com.br/blog/armadilhas-que-levam-ao-endividamento-e-como-se-prevenir/>. Acessado em: 25/06/2023.

KIYOSAKI, Robert T, and José Maria. Pai Rico, Pai Pobre: O Que Os Ricos Ensinam a Seus Filhos Sobre Dinheiro. Rio De Janeiro, Alta Books, 2017.

LEONI, Geraldo. Cadastro, crédito e cobrança. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LUPION, Bruno. Como o governo Bolsonaro se saiu na economia, 2022. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/30/como-o-governo-bolsonaro-se-saiu-na-economia.htm>. Acessado em: 22/08/2023.

Money Times, Educação financeira: Quanto antes o Brasil investir nela, melhor, disponível em:

<https://www.moneytimes.com.br/educacao-financeira-quanto-antes-o-brasil-investir-nela-melhor/>. Acessado em: 24/04/2023

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 228.

Notícias ead. Somente 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância, diz pesquisa, 2022. Disponível em:

<https://www.noticiasead.com.br/noticias/6050-somente-21-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-infancia-diz-pesquisa>. Acessado em 24/04/2023.

OLIVIERI, M. de F. A. Educação Financeira. REVISTA ENIAC PESQUISA, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 43–51, 2013. DOI: 10.22567/rep.v2i1.108. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>. Acesso em: 23/04/2023.

Organisation for economic co-operation and development. OECD Project on Financial Education. 2009.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acessado em: 27/08/2023.

PADILHA, Heloísa. Klimick, Carlos. Lopes, Laura Maria Coutinho. Educação financeira: como planejar, consumir, poupar e investir. Senac São Paulo; 1ª edição, 2018.

<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-para-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acessado em: 28/08/2023.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. A energia do dinheiro. Como fazer dinheiro e desfrutar dele. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PRADO, Maria Clara R. M. A real história do Plano Real: Uma moeda cunhada no consenso democrático. e-galáxia, 2º edição (27 julho 2020)

RAMSEY, Dave. The Total Money Makeover. Nashville, Tn, Nelson Current, 2010.

REIS, Tiago. Taxa de juros: quais são as principais e como elas funcionam? Suno, 2023. Disponível em:

<https://www.suno.com.br/artigos/taxa-de-juros/>. Acessado em: 21/08/2023.

Revista Insper, disponível em:

<https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira>. Acessado em 23/04/2023.

SADER, Eder (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEBBEN, José Renivaldo. Análise de crédito e cobrança. São Paulo: Navatec, 2020.

SILVA, E. D. Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Quatymark, 2004.

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e Consumo. Revista das Relações de Consumo, 2008.

VELOSO, Fernando. Balanço da gestão econômica do governo Temer, 2019. Disponível em:

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/balanco-da-gestao-economica-do-governo-temer>. Acessado em: 21/08/2023.

ZANOTELLI, Paola de Almeida. Comportamento da taxa de juros e do spread bancário no governo Lula (2003-2010). 2013. 44 f. TCC (graduação em Ciência Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32760>. Acessado em: 21/08/2023.